

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS **N.º 01/SAMA2020/2015**

SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO E **CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** **(SAMA2020)**

16 DE JUNHO DE 2015

Preâmbulo

Nos termos do artigo 94.º do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização (RECI), adotado e publicado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, as candidaturas ao Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública são apresentadas, por regra, no âmbito de um procedimento concursal, cujos Avisos são definidos pelas Autoridades de Gestão competentes e divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt).

Assim, tendo em conta o disposto no n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, bem como no artigo 94.º do RECI, o presente Aviso para Apresentação de Candidaturas estipula o seguinte:

1. Autoridade de Gestão competente

Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional (PO) Temático Competitividade e Internacionalização (POCI).

2. Objetivos e prioridades visadas

O objetivo específico do presente concurso consiste em conceder apoios financeiros a operações que contribuam para a modernização da Administração Pública através da melhoria do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), bem como a sua utilização e a sua qualidade (objetivo temático 2 - prioridade de investimento 2.3), nos termos previstos no artigo 81.º do RECI.

As operações candidatas ao presente Aviso deverão concorrer para a prossecução dos seguintes objetivos e prioridades, nos termos previstos no artigo 82.º do RECI:

- a) Reduzir os custos de contexto através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência;
- b) Qualificar a prestação do serviço público através da formação dos trabalhadores em funções públicas.

Complementarmente, as operações deverão concorrer para:

- I. A estratégia do Governo definida em matéria de modernização e simplificação administrativa, em particular a vertida no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/3014, e nos Decretos-Lei n.º 72/2014 e 74/2014, de 13 de maio, sendo de destacar:
 - a) A implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas, quer por via da simplificação regulamentar e de processos internos, quer por via da desmaterialização e automatização de processos, quer pela valorização de novos modelos organizativos que permitam a obtenção de ganhos de eficiência;
 - b) Promover a prestação de serviços e a divulgação de serviços e de informação administrativa nos pontos únicos de contacto entre os cidadãos ou demais agentes económicos e a Administração Pública, através da criação e utilização de Portais e sítios na Internet e da sua integração no balcão único eletrónico (balcão do empreendedor) e no portal do cidadão, enquanto portais de entrada para a presença da Administração Pública na Internet;
 - c) Assegurar o princípio do “Digital como Regra” através da digitalização de serviços, criando instrumentos para uma prestação de serviços públicos não só mais eficaz para os cidadãos e agentes económicos, mas também para a própria Administração Pública;
 - d) Disseminar e adotar soluções de “Identificação eletrónica”, em particular através da criação de mecanismos que permitem a identificação de cidadãos, de forma

desmaterializada, possibilitando a autenticação e a assinatura eletrónica, tais como o Cartão de Cidadão e a Chave Móvel Digital, bem como a utilização do sistema de certificação de atributos profissionais, com vista à concretização da solução *single sign on* nos portais da Administração Pública, nos termos do disposto na Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, e na Lei n.º 37/2014, de 26 de junho;

- e) Consagração do princípio *only once* criando a capacidade dos sistemas de informação interagir entre si, do ponto de vista técnico e semântico, para que haja uma orientação a serviços baseando-se em *standards* e normas abertas, nomeadamente com recurso à Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), previsto no artigo 28.º-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, aditado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio.

II. O Plano global estratégico de racionalização e redução de custos em TIC, na Administração Pública.

3. Tipologias de Operações

No âmbito do presente Aviso, e de acordo com o artigo 83.º do RECI, são suscetíveis de apoio as seguintes tipologias de operações:

- a) Operações de Modernização da Administração Pública, cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), enquadradas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do Artigo 83.º do RECI;
- b) Ações de Formação dos trabalhadores em funções públicas, cofinanciadas pelo FSE, enquadradas na alínea a) no n.º 3 do artigo 83.º do RECI, desde que associadas a operações de modernização da Administração Pública.

O presente Aviso permite a apresentação de candidaturas em regime geral de concurso, bem como a apresentação, também concursal, de candidaturas a operações temáticas,

de acordo com a pré-formatação prevista no n.º 3 do artigo 94.º do RECI, sendo estabelecidos, no Anexo A do presente Aviso, as prioridades e os parâmetros estruturantes a respeitar pelos beneficiários.

4. Natureza dos beneficiários

No âmbito do presente Aviso, de acordo com o artigo 85.º do RECI e respetivo Anexo A, são entidades beneficiárias:

- a) As entidades da Administração central do Estado;
- b) As entidades públicas empresariais prestadoras de serviços públicos.
- c) Outros níveis da Administração ou outras entidades públicas e privadas, no âmbito das suas atividades sem fins lucrativos, ao abrigo de protocolos celebrados com a Administração central.

5. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso tem aplicação nas regiões NUTS II do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

As despesas realizadas nas regiões NUTS II de Lisboa e Algarve apenas são elegíveis nas condições estabelecidas no n.º 7 do artigo 89.º do RECI.

6. Critérios específicos de elegibilidade das operações

No âmbito do presente Aviso, para além dos critérios estabelecidos no artigo 84.º do RECI, as operações devem ainda cumprir os seguintes critérios específicos de elegibilidade:

- a) Contribuir para os objetivos e prioridades enunciados no Ponto 2 do presente Aviso;
- b) Apresentar uma “memória descritiva”, com base no modelo pré-definido (quando aplicável) em formulário de candidatura, que identifique claramente as funções da entidade beneficiária que serão objeto de intervenção através da operação, descrevendo as atuais formas e processos de interação com os cidadãos e as empresas, as transformações que se pretendem operar e os respetivos impactos esperados, designadamente ao nível da melhoria da eficiência e eficácia dos serviços prestados e dos seus contributos para a melhoria da competitividade da economia nacional;
- c) Apresentar um estudo prévio que contemple um diagnóstico de necessidades e que enquadre a análise de custo/benefício da operação, com a apresentação de custos detalhados de implementação e de exploração da operação, num período de três anos;
- d) No caso de operações que prevejam investimentos nas regiões NUTS II de Lisboa e Algarve, demonstrar os respetivos efeitos de difusão sobre o conjunto da economia nacional e, em particular, sobre as regiões de convergência (Regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo);
- e) Apresentar uma declaração, por parte do Ministério da tutela setorial, que assuma o compromisso firme quanto ao carácter estratégico da operação e à prioridade da respetiva implementação;

- f) Apresentar uma declaração, a emitir por entidade competente, que comprove a inscrição e disponibilidade orçamental necessária à garantia de que se encontram asseguradas as fontes de financiamento da parcela da operação não coberta pelo FEDER/FSE;
- g) Prever um prazo máximo de execução de 24 meses, contados a partir da data da aceitação do financiamento, podendo, em casos devidamente justificados, a AG aprovar prorrogações dos prazos para além do referido limite, sem prejuízo dos prazos de execução previstos para as operações temáticas, constantes do Anexo A do presente Aviso.

Os critérios de elegibilidade das operações devem ser reportados à data da candidatura, sem prejuízo do critério previsto na alínea f) poder ser aferido até à data de celebração do termo de aceitação.

Adicionalmente, a elegibilidade das operações fica sujeita à verificação das seguintes condições ou à demonstração da sua não aplicabilidade em sede de candidatura:

- a) Ligação à plataforma iAP, enquanto plataforma de integração transversal à Administração Pública, quer para consumo de *webservices* disponibilizados por outras entidades, quer para disponibilização de *webservices* para outras entidades;
- b) Ligação à plataforma iAP, enquanto *gateway* de SMS para a Administração Pública;
- c) Cumprimento do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), das regras relativas ao quadro de interoperabilidade semântica e das regras relativas a *standards* de acessibilidade para sítios na Internet;
- d) Utilização de mecanismos de identificação eletrónica - cartão de cidadão, chave móvel digital e sistema de certificação de atributos profissionais - e recuso ao mecanismo de *single sign-on* através do fornecedor de autenticação da Administração Pública disponibilizado através da plataforma iAP;

- e) Disponibilização dos *data sets* produzidos pelos sistemas de informação e/ou pelas respetivas componentes aplicacionais na plataforma dados.gov.pt;
- f) Disponibilização dos serviços e de formulários eletrónicos no balcão único eletrónico (balcão do empreendedor) e no portal do cidadão, enquanto portais de entrada da Administração Pública;
- g) Cumprimento da Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2014, de 15 de setembro;
- h) Prever a identificação e contabilização de potencial de redução de encargos administrativos ou regulatórios (*administrative/regulatory burdens*) para os cidadãos ou empresas, e em particular para as Pequenas e Médias Empresas (PME), no âmbito da realização de avaliações de impacto regulatório;
- i) Utilização de soluções de *Enterprise Resource Planning* (ERP) transversais à Administração Pública (GerFIP, GerHUP e Geadap);
- j) Desenvolvimento de soluções de comunicações de voz e dados unificadas na Administração Pública;
- k) Centralização da função informática no Ministério;
- l) Racionalização do número de centros de dados;
- m) Aproveitamento da capacidade computacional instalada na Administração Pública;
- n) Adoção de soluções de *software* livre ou realização de estudos de *Total Cost of Ownership* (TCO) que fundamentem a sua não adoção;
- o) Disponibilizar os dados dos resultados das operações TIC no portal das TIC na Administração Pública, de forma a permitir a avaliação e comparação de resultados;

- p) Envolvimento de partes, em particular através da utilização do portal Simplificar e/ou da plataforma de *crowdsourcing* da Administração Pública para envolvimento de partes;
- q) Utilização dos sistemas integrados de avaliação *online* da qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública, bem como dos referentes à apresentação de elogios, sugestões e reclamações pelos utentes/consumidores.

7. Regras e limites à elegibilidade de despesa

No âmbito do presente Aviso, no caso da tipologia de Modernização da Administração Pública prevista na alínea a) do Ponto 3, são elegíveis os seguintes tipos de despesas:

- a) Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica e consultoria, quando demonstrada inequivocamente a sua necessidade para a operação;
- b) Aquisição de equipamento informático expressamente para a operação;
- c) Aquisição de *software* expressamente para a operação;
- d) Aquisição, implementação e prestação de serviços, infraestruturas e equipamentos de comunicações, incluindo os custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e nas condições necessárias ao seu funcionamento;
- e) Aquisição, implementação e prestação de serviços, infraestruturas e equipamentos de centros de dados e computação em nuvem, incluindo os custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e nas condições necessárias ao seu funcionamento;
- f) Aquisição de equipamento básico, designadamente mobiliário, sinalética, comunicações e equipamentos relacionados com o atendimento, desde que devidamente justificado como necessário para a implementação da operação;

- g) Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial dos resultados da operação;
- h) Despesas com a promoção e divulgação da operação, que não poderão representar mais de 5.000€ ou mais de 5% das demais despesas elegíveis da operação;
- i) Despesas com pessoal técnico do beneficiário dedicado às atividades da operação, que não poderão representar mais de 20% das demais despesas elegíveis da operação;
- j) Despesas com ações de formação, quando associadas a operações enquadradas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do Artigo 83.º do RECI, que não poderão representar mais do que 15% das demais despesas elegíveis da operação.

Para efeitos de elegibilidade das despesas, apenas são considerados elegíveis os valores que correspondam a custos médios de mercado, devendo ser usados como referenciais máximos os valores constantes em Acordos-Quadro, sempre que estes existam.

No caso das ações de formação, previstas na alínea b) do Ponto 3 do presente Aviso, são elegíveis os seguintes tipos de despesas:

- a) Encargos com formandos

Encargos com remunerações dos ativos em formação que decorra durante o período normal de trabalho, calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{Rbm \times m}{48 \text{ (semanas)} \times n}$$

Em que:

Rbm = remuneração base mensal acrescida dos encargos obrigatórios da entidade patronal decorrentes da lei e dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e de outras prestações regulares e periódicas

documentalmente comprováveis e refletidas na contabilidade da entidade patronal que integrem a remuneração;

m = número de prestações anuais efetivamente pagas a título de remuneração base mensal e de subsídios de férias e de Natal, quando a estes haja lugar;

n = número de horas semanais do período normal de trabalho.

Os encargos com remunerações dos ativos em formação não podem exceder 15% do custo total elegível aprovado para as ações de formação.

b) Encargos com formadores

1. Formadores Internos - Despesas com a remuneração base dos formadores internos, permanentes ou eventuais, calculados de acordo com a fórmula aplicável às despesas previstas na alínea a) (supra).
2. Formadores externos - Despesas com formadores externos e os encargos com estes formadores quando debitados por entidades formadoras no âmbito de um contrato de prestação de serviços com o beneficiário, sendo o respetivo custo horário máximo, ao qual acresce IVA sempre que este seja devido e não dedutível, determinado em função de valores padrão e dos níveis de qualificação das ações de formação, nos seguintes termos:
 - i) Para os níveis de qualificação 5 e 6, o valor elegível é de € 30 hora/formador;
 - ii) Para os níveis de qualificação 1 a 4, o valor elegível é de € 20 hora/formador.
3. Despesas com alojamento, alimentação e transporte dos formadores, quando a elas houver lugar, incluindo as ajudas de custo, cujo financiamento obedece às regras e aos montantes fixados para atribuição de idênticas despesas aos trabalhadores que exercem funções públicas com remunerações base que se situam entre os valores dos níveis remuneratórios 18 e 9.

c) Outros encargos decorrentes da execução da operação

1. Consideram-se ainda elegíveis, até ao valor máximo de 2,5 euros por hora e por formando, os custos efetivamente incorridos no conjunto das seguintes rubricas:

- i) Encargos com outro pessoal não docente afeto à operação, calculados de acordo com a fórmula aplicável às despesas previstas na alínea a) (supra), tendo como limite, para efeitos de elegibilidade, o valor previsto para a remuneração base dos cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública, cujo valor não integra, para efeitos deste limite, quaisquer valores a título de despesas de representação;
- ii) Despesas com alojamento, alimentação e transporte do pessoal não docente, quando a elas houver lugar, incluindo as ajudas de custo, cujo financiamento obedece às regras e aos montantes fixados para atribuição de idênticas despesas aos trabalhadores que exercem funções públicas com remunerações base que se situam entre os valores dos níveis remuneratórios 18 e 9;
- iii) Rendas, alugueres e amortizações, as despesas com o aluguer ou amortização de equipamentos diretamente relacionados com a operação e as despesas com a renda ou a amortização das instalações onde a formação decorre, assim como os alugueres ou amortizações das viaturas para o transporte dos formandos e outros participantes da operação;
- iv) Encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das operações, as despesas com a elaboração de diagnósticos de necessidades, divulgação da operação, seleção dos formandos e outros participantes, aquisição, elaboração e reprodução de recursos didáticos, aquisição de livros e de documentação, despesas com materiais pedagógicos, com deslocações realizadas pelo grupo no âmbito da respetiva ação de formação e ainda as decorrentes da aquisição de

- serviços técnicos especializados relacionados com a avaliação das operações e dos seus resultados globais;
- v) Encargos gerais da operação, outras despesas necessárias à conceção, desenvolvimento e gestão da operação apoiada, nomeadamente as despesas correntes com energia, água, comunicações, materiais consumíveis e bens não duradouros, as despesas gerais de manutenção de equipamentos e instalações, as despesas com consultas jurídicas e emolumentos notariais e com peritagens técnicas e financeiras.
2. Os beneficiários podem gerir com flexibilidade a dotação aprovada para o conjunto dos encargos abrangidos pela aplicação do indicador de custo máximo por hora e por formando referido em 1, desde que seja respeitado o custo total aprovado da operação.

Em tudo o que não se encontrar previsto no presente Aviso será aplicável o disposto na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, que adota as normas comuns aplicáveis ao FSE, incluindo a definição de outros custos e despesas elegíveis.

Para as operações candidatadas em regime geral de concurso, o limite mínimo de despesa elegível por operação é de 50 mil euros, sendo o limite máximo de 3 milhões de euros. Para as operações temáticas, os limites mínimos e máximos de despesa elegível, bem como condições complementares aplicáveis às despesas elegíveis, são definidos no Anexo A do presente Aviso.

Os limites máximos de despesa elegível referidos no parágrafo anterior poderão ser ultrapassados, em casos excecionais, mediante fundamentação apresentada pelos beneficiários e admitida pela AG, em função do mérito e da prioridade estratégica da operação para a concretização dos objetivos visados pelo presente Aviso.

8. Critérios de seleção das candidaturas

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das operações, por tipologia de operação (regime geral/temáticas) a apoiar, em função das condicionantes orçamentais definidas no Ponto 15 do presente Aviso, é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula:

$$MO = 0,30A + 0,70B$$

em que:

A = Qualidade da Operação

B = Impacto da Operação

Conjuntamente com o presente Aviso é disponibilizado o Referencial de Análise do MO.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo a pontuação final do MO estabelecida à centésima.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis as operações que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00 e as seguintes pontuações mínimas nos critérios A e B:

Critério A - 3,00 pontos

Critério B - 3,00 pontos

As operações são ordenadas, por tipologia de operação, por ordem decrescente em função do MO e selecionadas até ao limite orçamental definido no Ponto 15 do presente Aviso, sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão da AG, fixando-se assim o limiar de seleção do concurso, para cada tipologia de operação a apoiar.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 8 artigo 91.º do RECI, é utilizada a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão, na entidade candidata, como critério de desempate entre candidaturas com a mesma pontuação (MO), quando se revele necessário.

9. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente Aviso cada beneficiário apenas poderá apresentar uma candidatura a cada uma das tipologias de operação a concurso (regime geral/temáticas), estabelecidas no Ponto 3, podendo, no entanto, ser admitidas outras candidaturas de um mesmo beneficiário desde que atuando na qualidade de copromotor no âmbito de operações em copromoção que justifiquem o seu envolvimento.

10. Taxa de financiamento das despesas elegíveis

A taxa de financiamento FEDER/FSE a conceder às operações aprovadas no âmbito do presente concurso é de 85%.

11. Forma e limites dos apoios

O apoio a conceder assume a natureza de financiamento não reembolsável.

12. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário e cada um dos copromotores da operação tenham efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da tipologia de operação a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário e cada um dos copromotores devem confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Para o regime geral de concurso previsto no presente Aviso, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia 16 de junho de 2015 e o dia 15 de setembro de 2015 (19 horas). Para as candidaturas de adesão a operações temáticas, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia 16 de junho de 2015 e o dia 31 de julho de 2015 (19 horas).

13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente Aviso.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas é proferida pela AG no prazo de 60 dias úteis a contar da data final para apresentação de candidaturas.

O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados significará a desistência da candidatura.

No âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas é emitido, no prazo máximo de 40 dias úteis a contar da data final para apresentação de candidaturas, um parecer de análise da candidatura por parte do Organismo Intermédio (OI) identificado no ponto 17 deste Aviso, o qual é validado pela AG.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas, sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 40 dias úteis, a contar da data da apresentação das alegações (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

As operações não apoiadas que, em resultado deste processo de reapreciação, venham a obter um MO que teria permitido a sua inclusão no conjunto das operações selecionadas, serão consideradas selecionadas e apoiadas no âmbito do presente concurso.

A decisão é notificada pela AG, ao beneficiário, no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão.

Com a autenticação no Balcão 2020, e após submissão do formulário de candidatura, é concedido ao candidato permissão para acesso à Plataforma de Acesso Simplificado (PAS), através da qual interage para efeitos de:

- a) Resposta a pedido de esclarecimentos;
- b) Comunicação da desistência da candidatura, nomeadamente na ausência de resposta ao pedido de esclarecimentos, de informação ou elementos adicionais, quando solicitados;
- c) Audiência prévia relativa à proposta de decisão sobre as candidaturas, designadamente a comunicação da proposta de decisão e a apresentação de eventual alegação em contrário;
- d) Comunicação da decisão final da AG sobre as candidaturas;
- e) Consulta sobre a situação das operações e histórico do beneficiário.

Para as candidaturas apresentadas a regime geral de concurso, a data limite para notificação da decisão é 23 de dezembro de 2015. No caso das candidaturas a operações temáticas, a data limite para notificação da decisão é 6 de novembro de 2015. Em ambas

as datas apresentadas no presente parágrafo inclui-se o prazo de 10 dias úteis utilizado para resposta a pedidos de esclarecimentos.

Nos Anexos B e C ao presente Aviso apresentam-se os diagramas ilustrativos sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas.

14. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a assinatura de termo de aceitação, a qual é realizada eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

15. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do FEDER/FSE afeta ao presente concurso é de 35 milhões de euros, correspondendo à seguinte dotação indicativa por tipologia de operação:

Un: mil euros

Tipologia de Operação	Dotação Orçamental
<ul style="list-style-type: none">Modernização da Administração Pública (alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 83.º do RECI)	35.000

A dotação total acima indicada destina-se ao conjunto de operações apresentada quer em regime geral quer na modalidade de operações temáticas. A dotação afeta ao

conjunto de operações temáticas corresponde a 13,5 milhões de euros da dotação total prevista para o presente Aviso, distribuídos de acordo com a seguinte dotação indicativa:

Un: mil euros

Operação Temática	Dotação orçamental
• Integração de Serviços com o Balcão do Empreendedor (BDE)	1.000
• Implementação do Princípio “Uma só Vez” e adesão à plataforma iAP	4.500
• Promover a prestação de serviços com utilização da Autenticação Eletrónica	1.000
• Medidas transversais de racionalização das TIC	3.000
• Segurança da informação e sistemas de gestão de informação	4.000

Se alguma das dotações específicas indicativas para cada operação temática não vier a ser completamente comprometida, o valor remanescente será acrescido às demais dotações específicas, caso o montante afeto às mesmas se venha a revelar insuficiente. Da mesma forma, caso a dotação específica indicativa relativa às operações temáticas, no seu conjunto, não vier a ser completamente comprometida, o valor remanescente será acrescido à dotação indicativa para o regime geral.

16. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar

As operações contribuem para os indicadores de resultado do PO quando concorram para a melhoria das seguintes metas:

- Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses, no total de indivíduos;
- Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço que utilizaram a Internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas, no total de empresas com 10 e mais pessoas;
- Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência de formação.

Neste contexto, a quantificação dos indicadores efetuada em sede de candidatura é objeto de contratualização e monitorização no âmbito das operações aprovadas ao abrigo do presente Aviso, tendo em vista a comprovação da obtenção dos resultados subjacentes à decisão de financiamento da operação.

17. Organismo Intermédio responsável pela análise

Nos termos dos artigos nº 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, relativo ao modelo de governação dos FEEL, a entidade designada por contrato de delegação de competências, que assegura a análise das candidaturas no âmbito do presente Aviso, é a Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

18. Divulgação de resultados e pontos de contato

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e na PAS, os candidatos têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes para o presente efeito, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) A suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso em apreço;
- c) A pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados do presente concurso.

16 de junho de 2015

Presidente da Comissão Diretiva do PO
Competitividade e Internacionalização

Rui Vinhas da Silva

Anexo A - Operações temáticas: prioridades e parâmetros estruturantes a respeitar

Operação temática 1: Integração de sistemas com o BDE

1. NOME DA OPERAÇÃO

Integração de sistemas com o BDE

2. DESCRIÇÃO GENÉRICA E OBJETIVO

O BDE é o ponto único de acesso aos serviços relacionados com as atividades económicas. Neste balcão são prestados serviços de forma totalmente eletrónica, tais como criar uma empresa, registar uma marca, obter certidões ou fazer o licenciamento das atividades económicas. Pode ainda encontrar-se informação sobre o exercício de diversas atividades económicas em território nacional, tanto em língua portuguesa, inglesa ou castelhana. O BDE surge no âmbito da Diretiva Serviços (DS), transposta para o ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que introduz princípios e regras de simplificação administrativa que visa facilitar o exercício da atividade económica de forma mais célere e prevê a desmaterialização dos procedimentos administrativos.

A presente operação temática visa a integração de sistemas de entidades competentes com o BDE, via iAP, no sentido de tendermos à total desmaterialização dos serviços relacionados com as atividades económicas. Neste sentido, importa partilhar de forma imediata de toda a informação recolhida no BDE para as entidades competentes decidirem, bem como assegurar que o empresário recebe todas as comunicações da Administração Pública, relativas aos seus processos, pela mesma via do balcão.

3. LIMITES DE INVESTIMENTO POR OPERAÇÃO

25.000€ a 75.000€

4. DESPESAS ELEGÍVEIS

- Diagnóstico e definição de requisitos
- Desenvolvimento ou alteração de sistemas de informação existentes
- Testes de integração validados pela AMA
- Pessoal técnico
- Ações de divulgação
- Ações de formação

5. CUSTOS PADRÃO

No caso de despesas com a aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica e consultoria, os custos padrão considerados para efeitos de financiamento são os seguintes:

- Gestor de Projeto - 65,00 € /hora
- Arquiteto - 55,00 € /hora
- Consultor Tecnológico - 32,50 €/hora
- Consultor Funcional - 50,00 €/hora
- Consultor Estratégico - 62,50 € /hora
- *WebDesigner* - 32,50 € /hora

No caso das ações de formação, o limite é o fixado no Aviso, para o regime geral.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

De 6 meses, no período compreendido entre 2015 e 2016.

7. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

PÓS-OPERAÇÃO

- Testes de integração validados pela AMA

8. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ANEXAR

Apresentação de relatório com o diagnóstico da situação atual, que deverá conter, obrigatoriamente, a descrição dos serviços a integrar e respetivos custos.

Operação temática 2: Implementação do Princípio “Uma só Vez” e adesão à plataforma iAP

1. NOME DA OPERAÇÃO

Implementação do Princípio “Uma só Vez” e adesão à plataforma iAP

2. DESCRIÇÃO GENÉRICA E OBJETIVO

A regra “Uma só Vez” ou “*only-once*”, atribui aos cidadãos e agentes económicos o direito de serem dispensados de apresentar informação que a Administração Pública já detenha, sempre que lhes seja novamente solicitada, nos termos do

artigo 28.º-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio.

Nos termos do referido diploma, com vista a acelerar o processo de decisão, devem os serviços proceder às necessárias consultas mútuas, para obtenção de declarações, atestados, certidões e outros elementos ou informações já detidos pela Administração Pública, através da plataforma iAP, de correio eletrónico, telefone, fax ou outros meios eletrónicos, nomeadamente através dos sítios na Internet das entidades competentes, sem prejuízo de ulterior confirmação quando estritamente indispensável.

Encontram-se assim os cidadãos e agentes económicos dispensados da apresentação dos documentos em posse de qualquer serviço e organismo da Administração Pública, quando derem o seu consentimento para que a entidade responsável pela prestação do serviço proceda à sua obtenção. Por outro lado devem os serviços e organismos da Administração Pública assegurar, entre si, a partilha de dados e ou documentos públicos necessários a um determinado processo ou prestação de serviços, em respeito pelas regras relativas à proteção de dados pessoais. Deve igualmente ser promovida a criação de certidões permanentes *online* ou mecanismos de consulta de dados eletrónicos por via da plataforma iAP, reduzindo-se ao mínimo a necessidade de entrega de documentos instrutórios por parte dos cidadãos.

Neste contexto, a iAP não só surge como ferramenta por excelência para a aplicação do princípio “Uma só vez”, como:

- Se constitui um único ponto de ligação onde os serviços e entidades podem consumir a informação e certidões relevantes para os seus processos, podendo expor igualmente os dados de sua responsabilidade e com relevância para outras entidades, sendo que através de uma única ligação segura tem acesso potencial a todas as entidades da Administração Pública;
- Permite a reutilização de serviços diminuindo em muito o esforço para as entidades fornecedoras e permitindo a disponibilização de *kits* de integração para as entidades consumidoras que permite diminuir o esforço e tempo necessário para as respetivas integrações;
- Permite a normalização semântica e a conversão do modelo de dados canónico para o modelo de dados das entidades;
- Permite ainda efetuar orquestrações entre diversos serviços com vista à obtenção de um serviço ajustado às necessidades do consumidor.

Assim, a atual operação temática visa a implementação de dois subprojetos, podendo ser implementados autonomamente ou constituindo uma operação única com duas fases que se complementam:

Subprojeto A - Simplificação Administrativa e Prestação Digital de Serviços Públicos

Esta fase visa apoiar ações de digitalização, desmaterialização e ou prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com vista ao cumprimento do princípio *only-once*, designadamente tendo como premissa a integração da informação e dos serviços privilegiando a utilização da iAP. Poderá ser incluído nesta fase, sempre que necessário, o apoio a ações de diagnóstico e avaliações de impacto regulatório que visem a simplificação legislativa e racionalidade processual, tendo como premissa a eliminação de obstáculos de âmbito legislativo à implementação do princípio *only-once*.

Subprojeto B - Consumo e fornecimento de serviços na iAP

Esta fase visa a integração de sistemas de informação com vista ao consumo ou fornecimento de serviços na iAP. Pretende-se apoiar a implementação dos necessários mecanismos para disponibilizar a informação num *webservice* ou para integrar a informação recebida nos sistemas de informação do organismo.

3. LIMITES DE INVESTIMENTO POR OPERAÇÃO

Geral: 25.000€ a 300.000€
Subprojeto A: 100.000€ a 300.000€
Subprojeto B: 25.000 a 50.000€

4. DESPESAS ELEGÍVEIS

Subprojeto A - Simplificação Administrativa e Prestação Digital de Serviços Públicos

- Consultoria funcional e jurídica com vista a Simplificação Regulatória e Legislativa
- Diagnóstico e definição de requisitos
- Serviços de desenvolvimento ou alteração de sistemas de informação existentes
- *Hardware* e *software*, expressamente para a operação

Subprojeto B - Consumo e fornecimento de serviços na iAP

- Análise, desenvolvimento e testes (validados pela AMA) relativamente aos serviços a disponibilizar ou a consumir
- Ligação à iAP por mecanismos apropriados
- Implementação dos necessários mecanismos de controlo e auditoria de consulta ou fornecimento dos dados

Comum aos subprojetos A e B:

- Pessoal técnico
- Ações de Divulgação
- Ações de formação

5. CUSTOS PADRÃO

- Gestor de Projeto - 65,00 €/hora
- Arquiteto - 55,00 €/hora
- Consultor Tecnológico - 32,50 €/hora
- Consultor Funcional - 50,00 €/hora
- Consultor Estratégico - 62,50 €/hora
- *WebDesigner* - 32,50 € /hora

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

De 18 meses, no período compreendido entre 2015 e 2016.

7. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

PRÉ-CONTRATUAL

Subprojeto B - Consumidores de serviços na iAP

Apresentação de protocolo assinado com entidade fornecedora dos serviços ou, em alternativa, apresentação de candidatura em copromoção com as entidades fornecedoras de serviços e consumidoras de serviços.

PÓS-CONTRATUAL

Subprojeto B - Fornecedores de serviços na iAP

No caso de fornecedores, é necessário manter o serviço disponível enquanto existirem consumidores do mesmo.

8. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ANEXAR

Subprojeto B - Consumidores de serviços na iAP:

- Lista de serviços a consumir com indicação do volume a consumir e dos fornecedores da informação

Subprojeto B - Fornecedor de serviços na iAP:

- Lista dos serviços a fornecer com indicação do volume estimado de consumo e a indicação dos consumidores da informação

Operação temática 3: Promover a prestação de serviços eletrónicos com a utilização da Autenticação Eletrónica

1. NOME DA OPERAÇÃO

Promover a prestação de serviços eletrónicos com a utilização da Autenticação Eletrónica

2. DESCRIÇÃO GENÉRICA E OBJETIVO

O recurso a meio de autenticação eletrónica é, no âmbito da política do “Digital como Regra” (consagrada no Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio), essencial para assegurar interações seguras entre os cidadãos ou agentes económicos e a Administração Pública. Simultaneamente, serve também a autenticação eletrónica para assegurar a simplicidade e comodidade dessas mesmas interações.

A presente operação visa, assim, o desenvolvimento de subprojetos que visem a disponibilização de serviços desmaterializados, cujos mecanismos para a identificação e autenticação sejam baseados em:

Subprojeto A - Adesão à Chave Móvel Digital (CMD)

A CMD é um serviço de autenticação alternativo, que conta com um conjunto de dados do cidadão, tais como número de telemóvel, PIN da Chave Móvel e código de segurança temporário enviado por SMS ou e-mail. Esta Chave Móvel ajuda o cidadão a aceder aos serviços públicos através de um mecanismo de autenticação eficiente e eficaz. A adesão ao serviço CMD é feita através do serviço Autenticacao.Gov.

O presente subprojeto visa a disponibilização de serviços a prestar eletronicamente ao cidadão utilizando a CMD, podendo contemplar a reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos, internos e externos.

Subprojeto B - Adesão a Sistema de Certificação de Atributos Profissionais

A AMA tem disponível o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais que tira partido da infraestrutura tecnológica de identificação eletrónica (Cartão de Cidadão) para possibilitar a utilização do Cartão de Cidadão para a criação de assinaturas digitais e a autenticação em diferentes qualidades, nomeadamente as qualidades profissionais.

A certificação de atributos profissionais com o Cartão de Cidadão vem garantir que as ordens profissionais e entidades certificadoras mantêm todo o domínio sobre a informação que lhes compete gerir, permitindo este sistema que o cidadão se possa identificar eletronicamente de acordo com os papéis que o mesmo desempenha na sociedade (por exemplo, “Arquiteto”, “Engenheiro”, “Administrador da empresa X”, entre outros).

3. LIMITES DE INVESTIMENTO POR OPERAÇÃO

Geral: 5.000€ a 150.000€
Subprojeto A: 5.000€ a 50.000€
Subprojeto B: 25.000€ a 100.000€

4. DESPESAS ELEGÍVEIS

Subprojeto A - Adesão à Chave Móvel Digital:

- Diagnóstico e definição de requisitos
- Desenvolvimento ou alteração de sistemas de informação existentes
- Testes de integração validados pela AMA

B - Adesão a Sistema de Certificação de Atributos Profissionais:

- Diagnóstico e definição de requisitos
- Estudos e Consultoria para uniformização e definição de atributos e qualidades profissionais
- Desenvolvimento ou alteração de sistemas de informação existentes
- Implementação de fornecedor de atributos profissionais integrado com o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais
- Implementação de consumidor de sistema de atributos profissionais

Comum aos subprojetos A e B:

- Pessoal técnico
- Ações de Divulgação
- Ações de Formação

5. CUSTOS PADRÃO

- Gestor de Projeto - 65,00 €/hora
- Arquiteto - 55,00 €/hora
- Consultor Tecnológico - 32,50 €/hora
- Consultor Funcional - 50,00 €/hora
- Consultor Estratégico - 62,50 €/hora
- *WebDesigner* - 32,50 €/hora

Subprojeto A - Nº de sites a aderir ao serviço CMD x [5 000 € a 20 000€]

Subprojeto B - Nº de sistemas a aderir enquanto consumidor ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais x fator complexidade de cada sistema x 20 000€ + número de sistemas a aderir enquanto fornecedor de atributos ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais x fator de complexidade de cada sistema x 50 000€

O fator de complexidade de cada sistema deverá ser definido na escala de [0,5 a 1,5] de acordo com:

- Obsolescência da tecnologia
- Número e complexidade dos atributos a integrar

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

De 3 meses, no período compreendido entre 2015 e 2016.

7. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

Não aplicável.

8. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ANEXAR

Declaração do Representante Ministerial da respetiva Tutela no Grupo de Projeto para as TIC (GPTIC).

Operação temática 4: Medidas transversais de racionalização das TIC

1. NOME DA OPERAÇÃO

Medidas transversais de racionalização das TIC

2. DESCRIÇÃO GENÉRICA E OBJETIVO

As opções consagradas no Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos com as TIC (PGETIC) focam-se, em larga medida, na realização das significativas economias de escala e de escopo que decorrem da preferência dada a soluções de TIC comuns aos diversos serviços e organismos da Administração Pública, em particular através da racionalização dos ativos de infraestrutura tecnológica e de comunicações, como sejam centros de dados, racionalização de

comunicações e organização e gestão da função informática dedicada à gestão e operação de infraestruturas.

No quadro do PGETIC aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2011, de 14 de novembro, e da Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro, a implementação do PGETIC contempla a implementação de operações de racionalização de comunicações, racionalização de centros de dados e de racionalização da função informática preconizadas na medida 2.

Neste contexto a presente operação pré-formatada contempla a execução de quatro subprojetos:

Subprojeto A - Racionalização de comunicações

O presente projeto visa a definição e implementação de uma estratégia para a implementação de uma rede de comunicações única por Ministério para os serviços de dados e voz, fixas e móveis.

Em total alinhamento com o PGETIC, este projeto preconiza a criação de uma rede de comunicações única para a totalidade das entidades por Ministério, tendo como objetivos:

- A definição de um modelo de *governance* das redes de comunicações por Ministério, em alinhamento com a respetiva *Governance* TIC;
- A interligação e a progressiva integração das redes de comunicações do Ministério;
- A substituição das centrais telefónicas analógicas ou RDIS por soluções de voz sobre IP (VoIP);
- A adoção de modelos contratuais que confirmam ao Ministério uma maior capacidade negocial por ganhos de escala, junto dos operadores fornecedores das comunicações externas.

Para a concretização dos objetivos, prevê-se que o respetivo Ministério já tenha realizado as seguintes atividades:

- Levantamento das comunicações e contratos existentes na totalidade das entidades do Ministério;
- Apreciação dos projetos e contratos existentes;
- Definição do modelo contratual e de funcionamento de uma rede única para o Ministério.

O presente subprojeto contempla as seguintes atividades para os organismos aderentes à rede única dos Ministérios:

- Integração das redes de comunicações de todas as entidades de acordo com o modelo definido;
- A substituição das centrais telefónicas analógicas ou RDIS por soluções de voz sobre IP (VoIP).

Subprojeto B - Racionalização de centros de dados

Neste contexto o presente subprojeto visa a centralização de centros de dados de organismos através da virtualização dos seus servidores e transferência para a infraestrutura que serve o organismo que centraliza a função informática no respetivo Ministério, permitindo:

- Libertação de infraestrutura física do organismo;
- Racionalização da função informática através da utilização do serviço de administração de sistemas do organismo que centraliza a função informática no respetivo Ministério;
- Usufruir dos processos, mecanismos e ferramentas de qualidade e segurança já existentes na estrutura do organismo que centraliza a função informática no respetivo Ministério: antivírus, *firewall*, monitorização, *backups*, *disaster recovery*, etc.

O plano contempla as seguintes atividades:

- Levantamento do parque de servidores e dos sistemas de informação;
- Planeamento do processo de migração;
- Transferência e virtualização da infraestrutura;
- Configuração da infraestrutura ao nível de rede e da sua inclusão nas políticas de administração de sistemas do organismo que centraliza a função informática no respetivo Ministério.

Subprojeto C - Consolidação de serviços transversais de uso comum

O presente subprojeto visa a integração dos serviços transversais de uso comum (correio eletrónico, gestão de identidades/utilizadores, partilha de ficheiros) do organismo em plataformas de consolidação disponibilizadas e geridas pelo organismo que centraliza a função informática no respetivo Ministério, permitindo:

- Redução de custos de licenciamento;
- Usufruir da administração de configurações e políticas de segurança;
- Utilizar o serviço de suporte ao utilizador.

O plano contempla as seguintes atividades:

- Levantamento do cenário atual;
- Definição do modelo e planeamento da migração;

- Execução do processo de consolidação

Subprojeto D - Desktop Unificado

O presente subprojeto visa desenvolver um conjunto de atividades na área da virtualização e normalização de *software* aplicacional com vista a tipificar e virtualizar o *software* das estações de trabalho. Este conjunto de ações permite reduzir a complexidade e custo de gestão de ambientes heterógenos, reduzir custos de infraestrutura e reforçar a qualidade das estações de trabalho tornando-as mais seguras e eficientes.

O plano contempla as seguintes atividades

- Levantamento do parque informático e estabelecimento de perfis de utilização associados à tipificação e infraestrutura disponível.
- Aquisição de serviços e equipamentos necessários para a implementação do cenário de evolução.
- Virtualização dos ambientes e migração de informação e configurações.

O subprojeto poderá contemplar, da mesma forma, uma perspetiva de saída de serviço de virtualização para outro serviço nuvem ou uma plataforma de outra natureza.

3. LIMITES DE INVESTIMENTO POR OPERAÇÃO

Total - 5.000€ a 400.000€

Subprojeto A - Entre 50.000€ e 200.000€

Subprojeto B - Entre 25.000€ e 100.000€

Subprojeto C - Entre 5.000€ e 50.000€

Subprojeto D - Entre 25.000€ e 50.000€

4. DESPESAS ELEGÍVEIS

Subprojeto A - Racionalização de comunicações

- Serviços de integração das redes de comunicações de todas as entidades de acordo com o modelo definido;
- A substituição das centrais telefónicas analógicas ou RDIS por soluções de voz sobre IP (VoIP);
- Equipamentos de comunicações que permitam a melhor utilização da rede do Ministério.

Subprojeto B - Racionalização de centros de dados

- Levantamento do parque de servidores e dos sistemas de informação;

- Planeamento do processo de migração;
- Transferência e virtualização da infraestrutura;
- Configuração da infraestrutura ao nível de rede e da sua inclusão nas políticas de administração de sistemas do organismo que centraliza a função informática no respetivo Ministério.

Subprojeto C - Consolidação de serviços transversais de uso comum

- Levantamento do cenário atual;
- Definição do modelo e planeamento da migração;
- Execução do processo de consolidação.

Subprojeto D - Desktop Unificado

- Levantamento do parque informático e estabelecimento de perfis de utilização associados à tipificação e infraestrutura disponível;
- Aquisição de serviços e equipamentos necessários para a implementação do cenário de evolução;
- Virtualização dos ambientes e migração de informação e configurações;
- Formação.

5. CUSTOS PADRÃO

Comum aos subprojetos A, B, C e D

- Gestor de Projeto - 65,00 €/hora
- Arquiteto - 55,00 €/hora
- Consultor Tecnológico - 32,50 €/hora
- Consultor Funcional - 50,00 €/hora
- Consultor Estratégico - 62,50 €/hora
- *WebDesigner* - 32,50 € /hora

Subprojeto A - Racionalização de comunicações

Equipamento VoIP

- Básicos - 70€
- Avançados -270€

Subprojeto D - Desktop Unificado

Hardware e Software de virtualização - N° de desktops a migrar x 200,00 €

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

De 12 meses, no período compreendido entre 2015 e 2016.

7. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

PRÉ-CONTRATUAL

Considera-se como requisito para adesão ao subprojeto “C - Consolidação de serviços transversais de uso comum” e “D - Desktop Unificado” a execução prévia do subprojeto denominado “Racionalização de centros de dados”.

Considera-se como requisito para adesão a esta operação temática a demonstração da sua adequação aos objetivos e atividades previstos no Plano Setorial do respetivo Ministério.

8. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ANEXAR

- Declaração do Representante Ministerial da respetiva Tutela no GPTIC
- Apresentação de relatório com levantamento e diagnóstico da situação atual, que deverá conter, obrigatoriamente:
 - Para o subprojeto B - Inventário da infraestrutura de servidores e de sistemas de informação, segundo *template* a disponibilizar;
 - Para o subprojeto C - Formulário com informação específica, segundo *template* a disponibilizar;
 - Para o subprojeto D - Levantamento do parque informático do organismo.

Operação temática 5: Segurança da informação e sistemas de gestão de informação

1. NOME DA OPERAÇÃO

Segurança da informação e sistemas de gestão de informação

2. DESCRIÇÃO GENÉRICA E OBJETIVO

O contexto atual do sistema de informação na Administração Pública caracteriza-se por:

- Grande complexidade e abrangência do sistema de informação;
- Constante inovação tecnológica;
- Crescente dependência das atividades de prestação de serviços da disponibilidade e integridade da informação, assim como da necessidade de racionalização de custos e de responder a requisitos legais e dos *stakeholders* sobre confidencialidade da informação.

No âmbito do preconizado pela medida 1 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro, pretende-se definir e implementar um modelo de governação das TIC, através da implementação de dois subprojetos (que podem ser desenvolvidos separada ou conjuntamente):

Subprojeto A - Gestão do Risco e da Segurança da Informação

É crítico avaliar e melhorar os processos de gestão do risco e da segurança da informação, de forma articulada através das redes de organizações ministeriais e em alinhamento com as estratégias em execução.

O presente subprojeto tem como objetivo o reforço de competências, práticas e controlos para a gestão do risco e da segurança da informação nas organizações ministeriais em alinhamento com os referenciais de boas práticas nestes domínios.

O subprojeto encontra-se alinhado com a estratégia (i) do GPTIC, nomeadamente com as Medidas 1 e 4, bem como (ii) da Agenda Portugal Digital, com a medida 5.5.1.

O presente subprojeto pode contemplar uma ou várias das seguintes atividades:

- Formação em normas ou referenciais de boas práticas de gestão do risco e/ou da segurança da informação, nomeadamente ISO/IEC 31000 e a família ISO/IEC 27000;
- Estudos de diagnóstico da situação atual, da maturidade, estágio desejado, *gap analysis* e planos de ação;
- Desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI);
- Desenvolvimento de Planos para o *Disaster Recovery* (DR);
- Desenvolvimento de Planos para *Business Continuity* (BCP) *Management*;
- Definição de âmbitos de ação, implementação de controlos, incluindo otimização da gestão de identidades/utilizadores;
- Auditorias de segurança;
- Constituição de grupos de trabalho para acompanhamento e reforço na implementação de meios para alavancar a atividades de SGSI; BCP, DR.

Subprojeto B - Gestão dos Serviços de Informação

O presente subprojeto tem como objetivo o reforço de competências, práticas e ferramentas de gestão dos serviços de TIC em alinhamento com os referenciais de boas práticas nestes domínios.

O projeto encontra-se alinhado com a estratégia do GPTIC (Medida 1 e 2), com a Agenda Portugal Digital (medida 5.15.1).

O presente subprojecto pode contemplar uma ou várias das seguintes atividades:

- Formação em normas ou referenciais de boas práticas de gestão de serviços de informação, nomeadamente ISO/IEC 20000;
- Estudos de diagnóstico de situação atual, cenário desejado, *gap analysis* e planos de ação;
- Definição e implementação de melhorias nos processos de trabalho;
- Implementação de ferramentas de suporte ao modelo de gestão de serviços;
- Constituição de grupos de trabalho para acompanhamento e reforço na implementação de meios para alavancar a atividades de Gestão de Níveis de Serviço.

3. LIMITES DE INVESTIMENTO POR OPERAÇÃO

Total - 200.000€

Subprojeto A - Entre 25.000€ e 100.000€

Subprojeto B - Entre 25.000€ e 100.000€

4. DESPESAS ELEGÍVEIS

Para o subprojeto A - Gestão do Risco e da Segurança da Informação

- Formação em normas ou referenciais de boas práticas de gestão do risco e/ou da segurança da informação, nomeadamente ISO/IEC 31000 e a família ISO/IEC 27000;
- Estudos de diagnóstico da situação atual, da maturidade, estágio desejado, *gap analysis* e planos de ação;
- Desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI);
- Desenvolvimento de Planos para o *Disaster Recovery* (DR);
- Desenvolvimento de Planos para *Business Continuity* (BCP) *Management*;
- Definição de âmbitos de ação, implementação de controlos, incluindo otimização da gestão de identidades/utilizadores;
- Auditorias de segurança;
- Constituição de grupos de trabalho para acompanhamento e reforço na implementação de meios para alavancar a atividades de SGSI; BCP, DR.

Para o subprojeto B - Gestão dos Serviços de Informação

- Formação em normas ou referenciais de boas práticas de gestão de serviços de informação, nomeadamente ISO/IEC 20000;
- Estudos de diagnóstico de situação atual, cenário desejado, *gap analysis* e planos de ação;

- Definição, e Implementação de melhorias nos processos de trabalho;
- Implementação de ferramentas de suporte ao modelo de gestão de serviços;
- Constituição de grupos de trabalho para acompanhamento e reforço na implementação de meios para alavancar a atividades de Gestão de Níveis de Serviço.

5. CUSTOS PADRÃO

Comuns aos subprojetos A e B:

- Gestor de Projeto - 65,00 €/hora
- Arquiteto - 55,00 €/hora
- Consultor Tecnológico - 32,50 €/hora
- Consultor Funcional - 50,00 €/hora
- Consultor Estratégico - 62,50 €/hora
- *WebDesigner* - 32,50 €/hora

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

De 12 meses, no período compreendido entre 2015 e 2016.

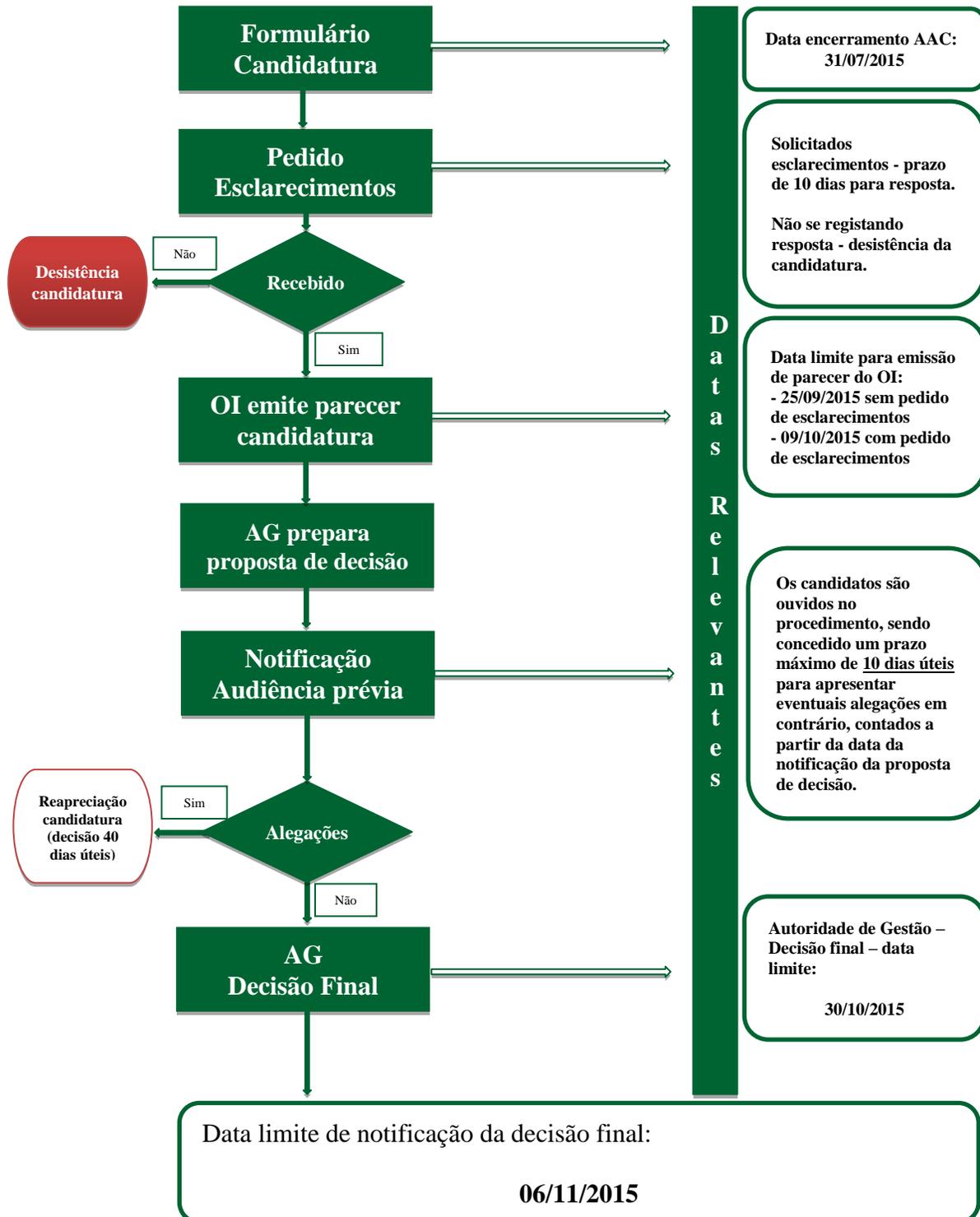
7. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

Não aplicável.

8. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ANEXAR

- Formulário com indicação de qual/quais a(s) atividade(s) a que se candidata e respetivo detalhe das despesas segundo modelo a disponibilizar;
- Declaração do Representante Ministerial da respetiva Tutela no GPTIC.

Anexo B - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas relativa às operações temáticas



Anexo C - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas relativas ao regime geral

